

O CORPORATIVISMO DO AGROTÓXICO E AS AMEAÇAS À SOCIEDADE

Mônica de Lourdes Neves Santana¹

Marcos Costa Lima²

Resumo: Os agrotóxicos estão entre as substâncias mais controversas no mundo. Se dividem entre insumos agrícolas e produtos venenosos e por isso devem ser estritamente regulados pelo governo. No entanto as evidências revelam que a regulação brasileira não está a favor da sociedade já que fomos o maior consumidor mundial em 2014. A proteção à saúde da população está fragilizada e esquecida pelos interesses do mercado que dispõe de um arcabouço institucional e legislativo que lhe fornece meios de regular. Este artigo tem como objetivos: 1) Mostrar a evolução e os tipos de agrotóxicos utilizados no Brasil, 2) revelar o cenário impactante em que se aponta para a fragilidade da sociedade, dos camponeses e indígenas expostos aos danos causados. O artigo conclui que o capitalismo apresenta um comportamento inconsequente face ao uso dos agrotóxicos o que se deve à prioridade dada à produtividade e ao lucro financeiro em detrimento do bem-estar do ser humano e do meio ambiente.

Palavra- chave: Corporativismo; agrotóxico; saúde; sociedade.

Abstract: Pesticides are among the most controversial substances in the world. They are divided between agricultural inputs and poisonous products and therefore must be regulated by the government. However, evidence reveals that Brazilian regulation is not in favor of society as we were the world's largest consumer in 2014. The protection of the population's health is weakened and forgotten by the interests of the market, which has an institutional and legislative framework that provides it with the means to regulate. This article aims to: 1) show the evolution and types of pesticides used in Brazil, 2) reveal the impactful scenario in which it points to the fragility of society, peasants and indigenous people exposed to the damage caused. The article concludes that capitalism has an inconsequential behavior in face of the use of pesticides, this is due to the priority given to productivity and financial profit at the expense of the well-being of human beings and

Keywords: corporate; pesticide; health; society.

¹ Pós-doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Doutora Associada do curso de Relações Internacionais da UEPB. m@detroz.com

² Professor do Departamento e da Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. Atualmente coordena o CEÁsia, Coordenadoria de Estudos da Ásia, vinculado ao Centro de Estudos Avançados da UFPE/Reitoria. marcosfcostalima@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da civilização o homem tem se preocupado em melhorar sua condição de vida para garantir a sobrevivência. Mediante o contínuo aumento da população mundial gerou-se a demanda em larga escala por alimentos e água. Até aí tudo lógico na cadeia evolutiva. O que acontece é que este esforço em produzir gerou um pesadelo. Temos um cenário de alta do preço dos alimentos, e da inflação, desvalorização do salário mínimo, precarização do trabalho, corte de orçamento na política de assistência social e de apoio à agricultura familiar e uma estrutura agrária estruturada a partir do latifúndio e da monocultura, asseverando a fome e pobreza no Brasil, além do empobrecimento das terras. Arelado à tudo isso temos ainda que encarar os sérios desequilíbrios, devastações e um colapso ao meio ambiente (MORELLO; COLLET, 2013).

Acreditamos que o padrão dominante da produção agrícola em si já reduz a diversidade biológica do ambiente transformando um ecossistema em um agrossistema. De acordo com Bergamin et al. (1995), o cultivo de plantas geneticamente homogêneas estimula o aumento da população de patógenos e pragas em velocidade epidêmica. No Brasil no que se refere a agricultura, a pressão sobre os ecossistemas é elevada visto que estabelecimentos com mais de 100 hectares apresentam 43% de terras agrícolas.

Segundo Caporal (2008) isso acarreta o desequilíbrio ecológico com a artificialização das áreas de produção e a necessidade de subsídios externos - agrotóxicos e fertilizantes, que em boa medida são comprados em dólar, moeda que não é a nossa, incidindo negativamente na balança comercial do País. O problema se agrava aquando os agrotóxicos, além de erradicarem as pragas também destroem os seus predadores e competidores. Destaque para as monoculturas que se sustentam às custas do uso excessivo de agroquímicos. Outro efeito danoso recorrente é o carreamento do veneno para os rios e solos, afetando drasticamente os lençóis freáticos. Pesquisas realizadas no Estado de Mato Grosso pelo Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) identificaram agrotóxicos considerados altamente tóxicos, como a trifluralina, e cancerígenos, como a atrazina, metolaclo e metribuzim, contaminam a água da chuva e de poços artesianos de escolas rurais e urbanas nos municípios de Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio, na bacia do rio Juruena, no Mato Grosso (OLIVEIRA, Cida de, RBA. 2019).

De acordo com o coordenador do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS/USP), Carlos Augusto Monteiro, essa produção excessiva disfarçada em boa vontade de abolir a fome na verdade se torna nociva à nossa saúde. Especialmente quando o objetivo passa a ser a manutenção dos lucros da indústria com produtos rentáveis como milho, soja, sódio e açúcar, conservantes e outros componentes (MONTEIRO, 2018).

Junto com a projeção do aumento da produção de alimentos vieram as devastações de pragas e doenças da lavoura. Para fazer tal controle o homem vem utilizando agrotóxicos. Estes, de fato tiveram um papel notável no aumento da produção

colaborando com a Revolução verde proposta por Norman Borlaug entre os anos de 1960 e 1970 e defendida como forma de erradicar a fome de bilhões de pessoas.

No entanto, feita uma revisão crítica, naquilo que se refere ao mundo rural, observou-se que estávamos em uma cilada, fato reconhecido mais tarde pelo próprio Borlaug. No Brasil, assumiu-se a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, as empresas de maquinários, e de insumos industriais como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos (MOREIRA, 1999b: 9-81).

Neste sentido, vemos o prenúncio de um trágico período que se desenrola diante nossos olhos. Com o uso generalizado dos agrotóxicos nas mais diferentes condições ambientais, diversos problemas foram relatados e diagnosticados, entre eles a contaminação de solos, das águas e tendência à extinção de diversas espécies (FILHO; MELO, 2012).

Acreditamos ser importante a reflexão introduzida por Karl Polanyi (2000:193) quando nos diz que “Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade” (...) e prossegue: “o trabalho e a terra se transformam em mercadorias, o que, mais uma vez, é apenas a fórmula abreviada para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural numa sociedade orgânica”.

O termo agrotóxico era anteriormente denominado de defensivo agrícola sugerindo uma representação e finalidade positiva. Essa definição legalmente aceita, leva em conta o interesse comercial. Pela Lei nº 7.8802 de 1989 e no decreto nº 98.816, datado de 1990, agrotóxicos e afins são caracterizados como produtos e agentes de processo físicos, químicos ou biológicos com a função de alterar a composição da flora ou da fauna a fim de preservá-las da ação de seres vivos considerados nocivos. Mas essas declarações não encontram harmonia com as evidências científicas.

Em julho de 2020, na lista das monografias autorizadas, havia 445 ingredientes ativos de agrotóxicos para uso agrícola e/ou domissanitário no Brasil. 404 químicos (88,8 %) e 51 biológicos (11,2%) (ANVISA, 2020).

O aumento no uso de agrotóxicos está ligado a uma política oficial de incentivo, datada em 1975 com o lançamento do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA). Desta forma, a ampliação do crédito agrícola e a compra de agroquímicos foi um dos principais instrumentos voltados para ampliar a difusão do insumo em nosso país (MOREIRA, 2000).

Mais precisamente, os agrotóxicos surgiram após as guerras mundiais quando a indústria química fabricante de venenos utilizados como armas químicas viram na agricultura um novo mercado. Neste processo, o mundo agropecuário mostrou seu interesse voltou-se para o desenvolvimento de sementes na aplicação de adubos químicos e agrotóxicos a fim de exterminar a fome.

Hoje no Brasil, os agrotóxicos são utilizados em larga escala de forma irresponsável, perigosa, incorreta e indiscriminada causando inúmeros desastres ambientais como nas pulverizações aéreas que ocasionam na dispersão das substâncias pelo solo, pela água, atingindo a população, favorecendo o desenvolvimento de muitas doenças que afetam a saúde humana (EHRHARDT, 2020).

Neste panorama é preciso lembrar que em qualquer atividade agrícola, ela só será competitiva se atingir níveis elevados de tecnologia em sua cadeia produtiva a fim de

baixar o custo final de produção e dentro deste contexto a utilização de agrotóxicos tem se expandido (LONDRES, 2011).

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a quantidade de agrotóxicos ingerida no Brasil é tão alta que o país está na liderança do consumo mundial desde 2008. Enquanto nos últimos 10 anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, o que já é excessivo, no Brasil, esse crescimento foi de 190%, de acordo com dados divulgados também pela Anvisa. O Dossiê Abrasco (da Associação Brasileira de Saúde Coletiva) é um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde: 70% dos alimentos in natura consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. O governo brasileiro, ao invés de estabelecer rigoroso controle sobre o uso dos pesticidas, faz o contrário: não é só leniente, como, no afã de estimular o agronegócio, concede redução de impostos à produção e comércio dos pesticidas, reduzindo em 60% o ICMS (imposto relativo à circulação de mercadorias) sobre o produto e dando isenção total do PIS/COFINS (contribuições para a Seguridade Social) e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para os mesmos (COSTA LIMA, 2019).

Como podemos perceber, na perspectiva até aqui delineada, a proteção à saúde da população está fragilizada e esquecida pelos interesses do mercado que dispõe de um arcabouço institucional e legislativo que lhe fornece meios de regular. Mas não apenas pelo mercado, também pela negligência do Estado e de seus condutores, que não cumprem seu papel e defendem os interesses do grande capital.

No Brasil, um elemento central foi a criação em 1975 do Programa Nacional de defensivos Agrícolas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação no país de empresas nacionais e subsidiárias de transnacionais.

O governo brasileiro, ao invés de estabelecer rigoroso controle sobre o uso dos pesticidas, faz o contrário: não é só leniente, como, no afã de estimular o agronegócio, concede redução de impostos à produção e comércio dos pesticidas, reduzindo em 60% o ICMS (imposto relativo à circulação de mercadorias) sobre o produto e dando isenção total do PIS/COFINS (contribuições para a Seguridade Social) e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para os mesmos.

É fundamental que a população brasileira faça uma séria reflexão sobre os impactos da política governamental favorável ao “agrobusiness”, que afeta também a saúde humana, com efeitos muito graves sobre o meio ambiente, além das questões agrárias que envolvem expulsões e assassinatos de camponeses e grupos indígenas. Hoje, o governo Bolsonaro não tem o menor interesse de apoiar a agricultura camponesa e familiar que produz comida saudável, sem venenos, agrotóxicos e transgênicos para o nosso povo. Mas também é urgente que haja resistência contra o envenenamento gradual da vida e que se busque alterar esse quadro tão danoso (Costa Lima, 2019).

O item fundamental na disseminação da utilização dos agrotóxicos foi a lei 7.802 que facilitou o registro de centenas de substâncias tóxicas já proibidas nos países desenvolvidos (PELAEZ, et al, 2009; SILVA, J. M. et al, 2005). À medida que o trabalho evolui, a saúde diminui (PERES, et al, 2005).

Diante desse cenário, cabe a pergunta essencial: quais as implicações do uso dos agrotóxicos para a saúde dos brasileiros?

A ANVISA CONTRA AS FÁBRICAS DE AGROTÓXICOS

De acordo com a Anvisa (ESTADO DE SÃO PAULO, 2010), a lavoura brasileira utiliza na faixa de dez produtos proscritos na União Europeia (EU): Estados Unidos, China e outros países. Cabe à Anvisa a responsabilidade pela fiscalização da fabricação de agrotóxicos no Brasil, mas somente em 2009 a Agência conseguiu preparar e dar suporte à equipe para executar ações de fiscalização nas fábricas de veneno (VIERO et al, 2006).

Segundo Flávia Londres (2011), entre julho de 2009 e agosto de 2010 a Anvisa realizou dez fiscalizações. Em todas as empresas foram encontradas irregularidades. Na Bayer foi encontrado: 1 milhão de litros de agrotóxicos com adulteração na fórmula. Syngenta: 1,150 milhão de litros de agrotóxico adulterados com datas de fabricação e de validade adulterada. Havia certificado de impureza com data anterior à produção do lote analisado.

Como uma pandemia, as mudanças climáticas são uma ameaça inevitável que devemos enfrentar antes que seja tarde demais ... Precisamos apoiar uma recuperação para os agricultores que coloque a luta contra as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade em seu centro (TRADUÇÃO NOSSA, HOPE, 2020).

Descaradamente essas foram as palavras do Rik Frywald, CEO da Syngenta. Talvez seja um jogo de marketing que a companhia quer que acreditemos: o messias da natureza. O herói dos esforços globais para combater as mudanças climáticas.

Sabemos que existe um longo percurso de lobby da Syngenta contra regulamentações ambientais, destruição ecológica, conexões com fornecedores que negam a ciência do clima.

A multinacional Syngenta, com sede em Basileia, exportou 37 toneladas de profenofós para o Brasil em 2018. A ONG investigativa suíça Public Eye vê isso como um negócio "imoral" - esse inseticida, proibido na Suíça desde 2005, é amplamente utilizado no Brasil para o controle de pragas de cebolas, milho, soja, café, tomate, algodão, feijão, batata, entre outros. A Public Eye publicou ontem seu relatório com base nos dados obtidos do Departamento Federal do Meio Ambiente.

"Este inseticida, que é usado principalmente nos campos de algodão, é extremamente prejudicial para os organismos aquáticos, aves e abelhas. É um neurotóxico poderoso (semelhante ao gás sarin) que pode afetar o desenvolvimento cerebral em humanos, especialmente em crianças", disse Laurent Gaberell, chefe de agricultura e biodiversidade da Public Eye. No Brasil, o maior mercado da Syngenta, "resíduos de profenofós" são encontrados na água potável de milhões de pessoas" (Brasil de Fato, 2020).

O objetivo final dessas empresas é mostrar-se verde e manipular os agricultores para seus próprios fins. Agora, estão promovendo a agricultura regenerativa como solução climática. Essa agricultura envolve o uso de práticas agrícolas que promovam a saúde do solo e permitem que as fazendas absorvam as emissões de carbono. No fim das contas observamos o lobby em que a agricultura se torna dependente dos produtos das grandes empresas de produtos químicos ou de software.

Não devemos esquecer dos dramáticos acontecimentos da cidade do BHOPAL, em 1984, na Índia, onde uma nuvem letal matou mais de 8 mil pessoas em 72 horas. A

fábrica, da multinacional americana Union Carbide, alegou na época que o gás tinha escapado quando uma válvula no tanque quebrou, sob pressão. Mas podemos perguntar, como uma fábrica que produz uma substância tão letal, não passava por verificação e controle permanente?

Meio milhão de pessoas foram expostas ao gás. As doenças crônicas geradas pelo contato com a substância deixaram um assombroso legado para gerações futuras. Bhopal tem uma incidência acima da comum de crianças com problemas congênitos. Ambientalistas dizem que a toxina vazada ainda contamina o solo e as águas subterrâneas. Mas o governo do Estado nega, insistindo que o abastecimento de água ao redor da planta é seguro.

Ativistas e grupos de apoio às vítimas alegaram mais de 150 mil sofreram sequelas e contraíram doenças como câncer, cegueira, danos no fígado e nos rins após a contaminação.

O local da antiga fábrica de agrotóxicos está agora abandonado. O governo do Estado de Madhya Pradesh assumiu o controle sobre a instalação em 1998. Nenhum funcionário de primeiro nível da Union Carbide foi julgado sobre o que aconteceu em Bhopal. Vale ainda o agravante de que boa parte dos mortos eram de famílias pobres, que viviam em favelas próximas à fábrica (BBC-News Brasil, 2004; BBC-NEWS Brasil, 2014).

Tornar a agricultura eficiente e reduzir os pesticidas pode significar que as fazendas diminuam as emissões de combustíveis fósseis. É aí que as corporações estão interessadas. O problema é que os impactos a longo prazo da agricultura regenerativa são desconhecidos e o uso da agricultura digital não significa que os pesticidas terão seus dias contados. Isso sem falar que os drones e computadores são dispendiosos para a maioria dos agricultores.

Na Basf, casos em que a data de fabricação das pré-misturas utilizadas na elaboração do produto acabado era mais recente que as do produto final. Monsanto: atuada por omissão de informações. Na Nufarm, 2,3 milhões de litros de agrotóxicos interditados. Havia substância para reduzir o odor e perfumar os produtos adulterados. Produtos sem data de fabricação e validade e adulteração de fórmulas (LONDRES, 2011, p.149).

No dia 6 de junho de 2021 aconteceu uma busca e apreensão com uma equipe envolvendo IBAMA, Ministério da agricultura, Agência de Vigilância Sanitária, Polícia Rodoviária Federal Polícia Civil e o Batalhão de Polícia Militar. Fecharam uma fábrica clandestina de agrotóxicos falsificados no estado de Goiás. O alvo foram empresas produtoras e importadoras de insumos que fraudavam e comercializavam para produtores rurais. Totalizando 157 produtos fiscalizados e 25 mil litros apreendidos, 12,715 kg de defensivos agrícolas furtados. O esquema comprava agrotóxicos vencidos e roubados em mercado paralelo (GOVERNO FEDERAL, 2021).

Quanto às infrações encontradas em todas essas fábricas e outras mais, as penalidades geram multas e cancelamento dos registros dos agrotóxicos. Existe também um encaminhamento à Polícia e ao Ministério Público Federal para investigação criminal (LONDRES, 2011).

E dessa forma, a sociedade brasileira assume nova face e medos, sendo ameaçada pelos riscos nacionais, internacionais causados pelo corporativismo do agrotóxico e pela inércia do Governo Federal em que o volume de mortes passa a ser naturalizado.

Com um caráter genocida em sua administração, as medidas do presidente Bolsonaro para o trato do tema que abordamos no presente texto apresenta na morte uma

mera consequência. Seja na complacência com as ações ilegais do agronegócio, nas atividades mineradoras, na ampliação e apoio ao uso de agrotóxicos provocando crises ambientais e humanitárias (SANTOS; SILVA, 2021).

Parte das demandas federais tem a ver com a celeridade e necessidade de ampliar os lucros do agronegócio como responsáveis pelos resultados positivos na balança comercial brasileira produzindo commodities exportadas pelo país. Entre eles destacam-se o açúcar, milho, café, algodão. Destaque para o Brasil que importa mais de 90% dos fertilizantes utilizados pelo agronegócio que tem como protagonista o potássio como componente para a produção de insumo (MIRANDA; NASCIMENTO, 2015).

TIPOS DE AGROTÓXICOS E IMPACTOS À SAÚDE

O agrotóxico que lidera o ranking número um no Brasil é o glifosato, despejado em nossos alimentos seja por pulverização aérea ou com uso de trator, contaminando solo, lençóis freáticos, hortas, áreas urbanas até a atmosfera. Ele representa 62% do total de herbicidas usados no país e associado a 500 mortes infantis (BBC NEWS, 2021).

No ano de 2016 sua venda foi superior à soma dos sete outros pesticidas mais comercializados em nosso território, gerando riqueza para os produtores dominantes da soja e alta de 5% na mortalidade infantil no sul e centro-oeste que recebem água das regiões sojicultoras.

Em 2018 as análises da Anvisa mostraram níveis altíssimos de contaminação no arroz, alface, mamão, melão, pepino, uva, leite, carne e pimentão. Seu uso é associado à incidência de câncer, a abortos e alterações teratogênicas por via placentária (TORRES, 2018). Vale salientar que um júri em São Francisco nos estados Unidos decidiu que o glifosato foi associado ao desenvolvimento do câncer.

O grupo alemão Bayer, proprietário da Monsanto desde 2018, responsável em lançar o glifosato no mercado em 1974 rejeita fortemente as acusações de que a substância seja cancerígena e diz que os estudos realizados pelos pesquisadores das Universidades de Princeton, FGV e Insper foram mal conduzidos. Mas mesmo assim, o júri por unanimidade decidiu que o pesticida contribuiu sim para o linfoma não Hodgkin (LNH), de Edwin Hardeman, um senhor de 70 anos que vive na Califórnia.

Em agosto de 2018 a Monsanto foi condenada em primeira instância pela justiça americana a pagar US\$ 289 milhões (R\$ 1,1 bilhão) a um homem que alegava que a doença foi causada por herbicidas a exemplo o Roundup. Talvez como consequência as ações da Bayer despencaram.

O segundo na lista de venenos é o 2,4-D (ácido diclofenóxiacético). De acordo com a organização mundial de saúde (OMS), existe a possibilidade de ser carcinogênico para humanos, causando imunossupressão, intervindo no funcionamento normal do sistema hormonal. O limite máximo de Resíduos permitido na água potável na UE é de 0,1 µg, mas no Brasil o céu é o limite.

A atrazina é fabricada pela gigante mundial suíça Syngenta desde a década de 60, e proibido em território europeu desde julho de 2007. Danoso à fotossíntese, é um herbicida perigoso para anfíbios. Enquanto que a Alemanha e Itália o baniram em 1991 e em 2004 foi banida em toda a UE, no Brasil seu uso é de 2 µg, ultrapassando o limite em 20 vezes (TORRES, 2018).

Em seguida temos a malationa um inseticida que leva à falta de apetite, náuseas, vômitos, cólicas abdominais, diarreia, incontinência fecal, dor ao defecar, broncoespasmo, edema pulmonar, tosse, dor torácica, salivação, sudorese, tremores, fraqueza, ausência de reflexos entre outros (TORRES, 2018).

Quem se lembra do *paraquat*? Aquele que provocou intoxicação aguda em crianças e idoso em 2007. Considerado o oitavo agrotóxico mais vendido no Brasil, é um herbicida com extensa lista de riscos à saúde humana. Está no arroz, banana, batata, café, cana-de-açúcar, citros, feijão, maçã, milho, soja e trigo.

Os estudos realizados no Brasil ecoam sobre o trabalho das populações rurais, pois estão inseridas no modelo do agronegócio voltado a atender o capital financeiro. É imposta ao trabalhador a exposição aos agrotóxicos, ao sofrimento psíquico causado pela instabilidade do emprego e as precárias condições de trabalho e vida, algumas vezes chegando ao suicídio (PESSOA; MENDES, 2012).

Como são biocidas, os agrotóxicos interferem em nosso mecanismo fisiológico causando intoxicações agudas ou crônicas e na maioria dos casos a absorção ocorre pela pele ou por vias respiratórias (VANZELLA, 2018).

Estudos com entrevistas às populações residentes em áreas de uso intensivo em Goiás mostrou que os moradores mencionaram sintomas de diabetes, doença de Alzheimer, boca seca, visão alterada, doenças neurológicas, doenças orais (SOUZA et al, 2011).

Os impactos à nossa saúde são diversos, doloridos e perigosos. Existem vários relatos de pessoas que desenvolveram sérias doenças provocadas por agrotóxicos. Alguns com sequelas graves e outras fatais. Há abortos, bebês com defeitos congênitos entre outros casos.

As pessoas mais expostas aos perigos são as que têm contato no campo e o grupo de maior risco é aquele que aplica, prepara a calda e tem contato direto com o produto, quem faz as capinagens, colheitas (LONDRES, 2011). Por último, nós que consumimos ao longo dos anos produtos com altas taxas de resíduos.

Lembre-mos dos aviões sobrevoando e despejando veneno perto de casas, famílias, animais, gado, nascentes de rios e córregos. A verdade é que não existe uso seguro. Se observarmos a fundo veremos que a contaminação é intencional. A culpa não é do vento, mas do agricultor que foi irresponsável na intenção de atingir o alvo dele.

Precisamos realçar também a utilização de agrotóxicos domésticos, aqueles usados em casa, escritórios, hospitais, mercados a exemplo de raticidas, inseticidas, formicidas. Eles provocam envenenamentos com mortes e doenças em crianças e idosos ou quem tem tendência a alergias (LONDRES, 2011).

Existem estudos que indicam uma relação entre o uso de certos agrotóxicos e o alto índice de suicídios entre agricultores. Determinadas substâncias podem afetar o sistema nervoso central, provocando transtornos psiquiátricos, depressão chegando ao ato extremo de eliminar a própria vida bebendo o veneno utilizado na lavoura. O estudo intitulado “*Suicídio e Doença Mental em Venâncio Aires- RS: consequências do uso de agrotóxicos organofosforados?*” de 1996 obteve grande repercussão. O organofosforado presente no fumo seria o causador do distúrbio.

Outra suspeita ocorreu em 2007, através da revista Galileu que tratou da relação entre o uso de agrotóxicos e os suicídios. Pesquisadores da Unisc (Universidade de Santa

Cruz do Sul), da Unicamp da UFRJ encontraram indícios de que o manganês pode provocar danos maiores do que o organofosforados (LONDRES, 2011).

Esse processo abusivo de agrotóxico atinge de forma irresponsável terras indígenas em que habitam o povo da etnia Xukuru do Ororubá em Pernambuco com 24 aldeias, região em que os agrotóxicos foram introduzidos após a industrialização. O território tem 27.550 hectares e está dividido em três regiões socioambientais distintas; Serra, Ribeira do Ipojuca e Agreste. A ribeira do Ipojuca tem proximidade com as águas e por isso concentra os agrotóxicos. Neste sentido, 10% dos indígenas disseram já terem sofrido intoxicação e 45% sentir fortes dores de cabeça e tonturas (ALBUQUERQUE, 2018).

Há um fato que merece atenção redobrada como o caso da proteção legal das terras dos últimos piripkuras que está para vencer e enquanto isso os pedidos de exploração crescem. Embora os remanescentes mantenham a cultura local, existem incertezas sobre até quando irão resistir às pressões. Muitos se tornaram nômades (INFOAMAZONIA, 2020).

Isso confere uma situação de risco em que o capitalismo se coloca acima do direito à saúde dos seres humanos e do meio ambiente. Cabe destacar que algumas das medidas corretivas propostas tratam apenas de correções paliativas para um modelo de agricultura que necessita de profundas transformações, que privilegiem a qualidade ambiental. Ou seja, os produtos químicos utilizados para o controle de pragas, fitopatógenos e plantas deveriam ser substituídos por tecnologias amenas e integrados ao natural (VIERO et al, 2016).

Sem falar nas questões agrárias que envolvem expulsões e assassinatos de camponeses e indígenas. Quanto à comunidade indígena, essa é marcada por uma homogeneização cultural e religiosa, o que Rouland (2004), chama de fenômeno minoritário. Uma categoria que recebeu representações identitárias negativas e baseadas na dicotomia civilizado/selvagens, como a negação da humanidade, fazendo desses povos grupos invisíveis. Acatamos que a apologia ao genocídio é clara, cristalina.

Assim, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, apesar de serem apenas 5% da população mundial (ONU 2019), os índios são gestores da floresta e o modo de vida desses povos podem nos ensinar como preservar, suprir e cultivar alimentos de maneira sustentável. Também hoje, as práticas estudadas por agrônomos, ambientalistas, historiadores dos agro-ecossistemas têm nos chamados a atenção para os Sistemas de Alimentação Sustentáveis (de Molina et al.2020:55: 106). Estes autores, asseveram que, talvez, a maior pegada não ecológica no mundo seja o setor agrícola que age como a principal força motriz das transformações biofísicas do planeta. É necessário mudar de paradigma na direção da descomoditização dos sistemas alimentares.

Diante da patente desrespeito à sociedade brasileira, a tríade Estado brasileiro, burguesia nacional e capital internacional se fortalecem e apontam para a exploração de terras, solos e pessoas. Entramos na onda da agroindustrialização dos alimentos, a manipulação de produtos e seus sabores atraentes em nossos supermercados.

BRASIL: O CAMPEÃO EM AGROTÓXICO

O que se sabe é que existe discordância entre grupos favoráveis e contrários ao título do Brasil ser o maior consumidor de agrotóxico no mundo. Mas o que se tem certeza

é que a agricultura e o agrobusiness no Brasil avançam a passos largos e a partir de 2008 apesar de não ser o principal produtor, se tornou o principal destino de produtos banidos no exterior (VIERO et al, 2016).

Nos últimos 10 anos o mercado de agrotóxico ingerido cresceu em 93%. Por aqui alcançamos o espantoso número de 190% de acordo com a Anvisa. Nosso país é o maior consumidor de pesticidas no mundo, dizem as estatísticas movimentando um total estimado em US\$ 3,3 bilhões (R\$ 14,5 bilhões) apenas em 2018 - ano do recorte da pesquisa (IBAMA, 2019).

Sabemos que a concentração da cadeia produtiva e o aumento das monoculturas no Brasil, e no mundo representam ameaça à soberania alimentar, quando apenas 87 corporações com sede em 30 países dominam a cadeia produtiva do agronegócio em todo o planeta. O dado integra gigantes do setor de bebidas e carnes, como por exemplo, a Coca-Cola, a AmBev, a JBS e a Unilever; mas também empresas de tecnologia como a IBM, a Microsoft e a Amazon, atraídas para a produção agrícola e o varejo de alimentos por áreas como *big data* (grande conjunto de manipulação de dados) e veículos inteligentes.

Os dados Atlas do Agronegócio informam que quatro grandes *traders*, empresas investidoras no mercado financeiro, controlam a importação e a exportação dos commodities agrícolas: o chamado grupo ABCD, formado pelas empresas estadunidenses Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e pela multinacional com sede na Holanda, Louis Dreyfus Company. Hoje, elas representam 70% do mercado mundial de commodities agrícolas.

O relatório, apresentado em sua primeira edição em 2017 na Alemanha por um conjunto de organizações que defendem a justiça socioambiental global. No Brasil, duas dessas organizações, a Fundação Heinrich Böll e a Fundação Rosa Luxemburgo, juntaram forças para traduzir, atualizar, adaptar e contextualizar informações reunidas no original, acrescentando vários artigos com relevância especial para a sociedade brasileira. analisa a cadeia global da agricultura e como a concentração do mercado nas mãos de poucas empresas molda o sistema agrícola mundial (Atlas do Agronegócio, 2018).

No Brasil, para se ter uma ideia melhor do risco iminente, no primeiro ano do governo Bolsonaro houve um recorde histórico da importação de novos pesticidas. Foi publicada no diário Oficial da União a aprovação de 503 registros, 53 a mais do que em 2018. Segundo o ministério da Agricultura os 28 produtos publicados em 10 de janeiro de 2019 foram aprovados no governo Temer, mas a comparação mostra que foram 475 contra 450. Em dois anos de mandato o presidente liberou quase mil agrotóxicos (GÖRGEN, STEFILE, 2016).

O governo Bolsonaro estimula o agronegócio reduzindo em 60% o ICMS sobre o produto e dando isenção total do PIS/COFINS (contribuição para a Seguridade Social) e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Eis que essas publicações nos trazem um prognóstico preocupante sobre o futuro da nossa sociedade humana. É uma situação amedrontadora tendo em vista que o Brasil possui políticas públicas que fomentam o uso e o comércio de agrotóxicos mantidos pela bancada ruralista no Congresso Nacional. Desde que Tereza Cristina ex-líder da bancada ruralista no Congresso assumiu o Ministério da agricultura, 967 pesticidas foram aprovados (GÖRGEN, STEFILE, 2016).

E dentro do corporativismo político, a classe dominante do campo, os latifundiários, as empresas transnacionais do agronegócio, os setores exportadores de alimentos, se articulam com propostas que representem os interesses capitalistas na propriedade de

bens da natureza, da terra e da produção agrícola. 2016 foi um momento marcante, pois contando com o apoio de parlamentares ligados aos interesses do agronegócio, criou-se uma pauta conhecida por 3 aspectos: a publicação do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), a Frente Parlamentar da Agropecuária a famosa Bancada Ruralista e na escolha do ministro da agricultura, o senador Blairo Maggi. Baseado no princípio de que o Brasil não precisa de reforma agrária, o então ministro lançou propostas no sentido de: redução do tamanho do Estado para dar poder de decisão ao mercado capitalista. Isso sem falar nas propostas golpistas como estimular a entrada de capitais estrangeiros, dos grandes bancos para financiar a agropecuária brasileira sem burocracia, e cadastro único para produtores. Mudança de lei para a possibilidade de venda de terras a estrangeiros (GÖRGEN, STEFILE, 2016).

Mediante essa situação insustentável da classe dos ruralistas, com a valorização da riqueza, é necessário que o trabalhador do campo organize uma linha de defesa, de resistência e de luta para derrotar os ruralistas. Essa expansão do setor agrícola tem se mostrado incapaz de gerar empregos para absorver a oferta de trabalho rural, isso vem acarretando as correntes migratórias para as cidades, e novas formas de trabalho como os *bóias-frias* (trabalhadores sem vínculo empregatício).

Existe mais um agravante a ser realçado: enquanto muitos desses pesticidas são vetados em outros países, aqui no Brasil eles são legalizados. Veja-se a União Europeia proíbe cerca de 37%. Dados inéditos revelam que o Brasil é o segundo maior comprador de agrotóxicos fabricados em solo europeu, mas proibidos para uso na União Europeia e Inglaterra. A prática já era conhecida, mas só agora foi revelada. Foram 10 mil toneladas em 2018, e 12 mil em 2019. Mais da metade, 77% saiu da fábrica da Syngenta na Inglaterra, onde a empresa produz o agrotóxico paraquate (BBC, 2020).

O bloco europeu autoriza a exportação de agrotóxicos que considera perigosos para aplicação na sua agricultura, mas tolera a importação de alimentos cultivados com estes produtos em outros continentes. Enquanto isso, nossos camponeses, indígenas e pessoas que vivem próximas aos campos sofrem no Brasil.

Estima-se que um terço da receita das principais fabricantes de agrotóxicos do mundo vem de produtos classificados como *altamente perigosos* — que têm como destino, em sua maioria, países emergentes, como Brasil e Índia, e países pobres (EHRHARDT, 2020). Essa foi a conclusão de um levantamento feito pela Unearthed, organização jornalística independente financiada pelo Greenpeace, em parceria com a ONG suíça Public Eye. Em 2018, as vendas desse tipo de pesticida renderam cerca de US\$ 4,8 bilhões às cinco maiores companhias do setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E assim a sociedade brasileira vive o pacote do veneno. Ao discutirmos sobre o corporativismo dos pesticidas no país, compreendemos que vivemos um preocupante momento de fortalecimento e expansão do produto, e apreendemos a questão dos seus impactos à saúde.

Apesar de termos aumentado a capacidade de oferta de alimentos no Brasil, o agronegócio, representando uma construção ideológica para consolidar um novo modelo de desenvolvimento de uma agricultura sofisticada, que visa nada mais que o aumento da produtividade, e que tem sido responsável pelos inúmeros impactos à saúde pública, ao

desgaste do solo; a internacionalização de terras brasileira ao grande capital internacional, ao incremento do aquecimento global.

Concordamos com Edgar Morin (2011, p. 93-94) que em sua obra na obra *Terra-Pátria* chama a situação atual de policrise, afirmando que não existe um problema matriz que gere os outros porque o que vemos são vários problemas vitais número um. Problemas como poluição, degradação ambiental em geral, utilização de agrotóxicos, transgênicos, catástrofes ambientais vêm se tornando algo normal para as necessidades de desenvolvimento econômico. A problematização do tema levanta um debate com a intenção de ressaltar os efeitos nocivos da exposição.

Os resultados sugerem que a exposição a agrotóxicos é propensa a provocar diferentes efeitos na saúde humana e animal. Estes efeitos se agravam quando se sabe que o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos em todo o mundo.

Portanto, ao considerar-se esse risco elevado, cabe a nós divulgar e expandir um senso de consciência sobre o mal que se abate sobre nós.

Precisamos, como afirma Boaventura de Souza Santos (2007), de uma “democracia de alta-intensidade”, onde a agenda política seja possa ser recuperada por meio dos movimentos populares, exercendo pressões de baixo para cima, se fazendo ouvir em suas exigências Boaventura de Souza Santos (2007) e em sua necessidade urgente de mudança.

REFERÊNCIAS

ANVISA, *Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regularização de produtos agrotóxicos*. Monografias autorizadas. 2020. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/registrosautorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografiadeagrotoxicos/autorizadas>>. Acesso em: 11 de outubro de 2021.

Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen Santos, Verena Glass, organizadoras. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. Fundação Rosa de Luxemburgo.

<https://alimentacaosaudavel.org.br/biblioteca/publicacoes/atlas-do-agronegocio-fundacao-rosa-luxemburgo/7064/>

BBC NEWS | *Brasil. Brasil é principal mercado de agrotóxicos ‘altamente perigosos’, diz ONG*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51597054> Acesso em 18 agosto de 2021.

BBC NEWS | BRASIL. *Glifosato: decisão da justiça americana associa agrotóxico liberado no Brasil a câncer*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47636506>. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

BBC-NEWS Brasil “*População de Bhopal ‘ainda corre perigo’*”, 14/nov, 2004 Acesso em :12 de novembro de 2021.

BBC-NEWS Brasil “*30 anos depois, adolescentes carregam marcas de gás tóxico*”, 3 dezembro 2014. Disponível em:[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141203_galeria_crianças_bhopal_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141203_galeria_crianças_bhupal_cc)Acesso em 12 de novembro de 2021.

BRASIL DE FATO, “*Pesticida da Syngenta contamina a água dos brasileiros*” Igor Cardellini, 11 de Janeiro de 2020. <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/11/pesticida-da-syngenta-contamina-a-agua-dos-brasileiros> Acesso em 12/11/2021

BRASIL DE FATO, “*Só 87 empresas controlam a cadeia produtiva do agronegócio*”, São Paulo, 04/set/2016, Rute Pina. <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/04/so-87-empresas-controlam-a-cadeia-produtiva-do-agronegocio> Acesso 12/11/2021.

COSTA LIMA, Marcos, “Quando comer é perigoso: pesticidas ameaçam alimentação no Brasil”. In *Brasil de Fato*, 30 de abril de 2019.

DE MOLINA, Manuel GONZALES; PETERSON, Paulo F.; PENÃ, Francisco Garrido; CAPORAL; Francisco R. *Political Agroecology. Advancing the Transition to Sustainable Food Systems*. London: Taylor and Francis Group.2020

IBAMA, Produtos agrotóxicos e afins comercializados em 2009 no Brasil. 2009. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/qualidade-amboental/wpcontent/files/Produtos_Agrotoxicos_ComercializadosBrasil_2009

EHRHARDT, Mônica. *Uso de agrotóxicos e riscos á saúde humana*. Monografia de bacharel em biologia. Universidade Federal de Rondonópolis. 2020.

FILHO, Malaquias Batista; MELO, Mariana N. T. Alimentação, agrotóxicos e saúde. *Revista Brasileira de Saúde, Materno Infantil*. 12 (2) Jun. 2012.

GÖRGEN, Frei Sérgio; STEDILE, João Pedro. Opinião: Os interesses do agronegócio e o governo golpista. Brasil de fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/12/opinioao-os-interesses-do-agronegocio-e-o-governo-golpista>

GREENPEACE Brasil (2019) *Sem floresta, sem vida!* Disponível em : <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/sem-floresta-sem-vida/>

How Big Pesticide Companies Are Lobbying to Become Climate Leaders. Disponível em: <https://sentientmedia.org/how-big-pesticide-companies-are-lobbying-to-become-climate-leaders/> Acesso em: 04 de outubro de 2021.

INFOAMAZONIA. Disponível em <https://infoamazonia.org/>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

LONDRES, Flávia. *AGROTÓXICOS NO BRASIL. Um guia para ação em defesa da vida*. ANA. RBJA. Rio de Janeiro. 2011.

MIRANDA, Luiz Almeida; NASCIMENTO, Rodrigo Lima. Exploração de potássio no Brasil- Estudo. Brasília: câmara dos deputados. Setembro de 2015. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/25219/exploracao_nascimento_miranda.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 23 de mar.2021.

MONTEIRO, Carlos Augusto. “Carlos Monteiro explica relação complexa entre saúde e alimentação”. 13 de novembro de 2018. Disponível em : <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniao/carlos-monteiro-explica-relacao-complexa-entre-saude-e-alimentacao/38102/>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

MORELLO, Célia; COLLET, Sandra A. de O. OS AGROTÓXICOS E SUA INFLUÊNCIA NO MEIO AMBIENTE E NA SAÚDE HUMANA. OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE. Artigos. Governo do Estado. Vol.1. 2013.

PELAEZ, V; TERRA, F. H.B. SILVA, L. R. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. Artigo apresentado no XIV Encontro Nacional de Economia Política/ Sociedade Brasileira de Economia Política – São Paulo /SP, de 09/06/2009 a 12/ 06/ 2009.

PESSOA, V. M.; MENDES, R. C. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. Revista Brasileira Saúde Ocup., v. 37. P. 65-77. Abril. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S030376572012000100010&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 agosto 2021.

MOREIRA, Roberto. Críticas ambientalistas à revolução verde. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 31-34, 2000.

MOREIRA, Roberto. Agricultura familiar: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, UFRRJ/ CPDA, 1999b.

VIERO, Cibelle, M. et al. Sociedade de risco: o uso dos agrotóxicos e implicações na saúde do trabalhador rural. *Escola Anna Nery* 2016, 20(1): 99-105.

O Estado de São Paulo, 30/05/2010. Brasil é destino de agrotóxicos banidos no exterior - O Estado de São Paulo, 30/05/2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-destino-de-agrotoxicos-banidos-noexterior,558953,0.htm>

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Força-tarefa fecha fábrica clandestina de agrotóxico em Goiás. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/forca-tarefa-fecha-fabrica-clandestina-de-agrotoxico-em-goias>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Cida, “Agrotóxicos contaminam água da chuva e de poços artesianos em Mato Grosso”, in: Rede Brasil Atual, 23/02/2019.

POLANYI, Karl, A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Ed. Campus, (2000), 2ª edição.

SANTOS, Boaventura de Souza, Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo. Boitempo Editorial.

SANTOS, Josiane S.; SILVA, Everton, M. “AGRO ACIMA DE TUDO, MINÉRIO ACIMA DE TODOS”; AS AMEAÇAS DO GOVERNO BOLSONARO ÀS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA. *GERMINAL: marxismo e Educação em Debate*. Salvador. V.13, n. 2. P. 343- 366. Ago. 2021.

SOUZA, A. MEDEIROS, AR, SOUZA AC, eta. Avaliação do impacto da exposição a agrotóxicos sobre a saúde da população rural: Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Brasil. *Ciências Saúde Coletiva*. 2011.

TORRES, Andreia. Os agrotóxicos mais vendidos no Brasil. Disponível em: <https://andreiatorres.com/blog/2018/9/17/impacto-dos-agrotxicos-na-sade>. Acesso 21 de setembro de 2021.

VANZELLA, M. A exposição ocupacional a agrotóxicos no Brasil e o projeto de lei 6299. 2018 22p. Monografia (Especialização e Engenharia de Segurança do Trabalho) Universidade do vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2018.

|